

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005040-38.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Cartão de Crédito**
 Requerente: **Banco Bradesco Cartões S.a.**
 Requerido: **Apparecida de Lourdes Orlandi - Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS

BRADESCO CARTÕES S/A ajuizou a presente **Ação de Cobrança** em face de **APPARECIDA DE LOURDES ORLANDI - ME**, todos devidamente qualificados.

Aduziu o autor, em síntese, que é credor da requerida pelo montante atualizado de R\$ 118.732,40, referente ao contrato nº 4485430500466334. Pede a procedência da ação e a condenação da ré no pagamento do valor acima pontuado.

A inicial veio instruída com os documentos.

Devidamente citada, a requerida não apresentou defesa, ficando reconhecido em estado de contumácia (fls. 56).

É o relatório.

DECIDO.

A causa comporta julgamento antecipado nos

1005040-38.2016.8.26.0566 - lauda 1

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

termos do art. 355, II, do Código de Processo Civil.

A pretensão é procedente.

Ante a ocorrência do efeito material da revelia presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 344, do CPC).

Com o silêncio a requerida confessou a dívida especificada na inicial, devendo pagar a quantia de R\$ 118.732,40.

* * *

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC**, o pedido inicial para o fim de **CONDENAR** a requerida, **APPARECIDA DE LOURDES ORLANDI ME**, a pagar ao autor, **BRADESCO CARTÕES S/A**, a quantia de R\$ 118.732,40 (cento e dezoito mil setecentos e trinta e dois reais e quarenta centavos), com correção monetária a contar do ajuizamento, mais juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.

Sucumbente, arcará ainda a requerida com as custas processuais e honorários advocatícios no importe de 10% sobre o valor da condenação.

Transitada em julgado esta decisão, caberá ao vencedor iniciar o cumprimento de sentença, fazendo o requerimento necessário nos termos dos artigos 523 a 525, do CPC.

P. R. I.

São Carlos, 05 de outubro de 2016.

1005040-38.2016.8.26.0566 - lauda 2



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**